



Secretaria  
de Estado  
da Saúde



## CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

### Resolução nº 012/2019 CES/GO

*Dispõe sobre o Termo de Referência e contratação da Organização Social que gerirá o HUANA – Hospital de Urgências de Anápolis e dá outras providências.*

O Plenário do Conselho Estadual de Saúde de Goiás, em Reunião Ordinária Nº 06/2019, realizada no dia 04 de junho de 2019, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 18.865 de 10 de junho de 2015, a Lei nº 8.080 de 1990, a Lei nº 8.142, a Lei nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005, a Lei nº 17.399, de 19 de agosto de 2011; a Resolução CNS 453 de 10 de maio de 2012, Lei Estadual nº 15.503/2005; e o Regimento Interno do CES, aprovado pela Resolução nº 01/2016-CES-GO;

#### **Resolve:**

Art. 1º Aprovar o Termo de Referência – TR para chamamento do HUANA com as seguintes ressalvas:

- I. A Secretaria Estadual de Saúde de Goiás deve retomar a gestão própria das unidades de saúde definindo um cronograma, respeitando os contratos ainda vigentes;
- II. Devem ser realizadas as seguintes alterações no Termo de Referência:
  - a) Acrescentar na justificativa do TR, dados e argumentos que comprovem a vantajosidade da opção de gestão por organizações sociais;
  - b) Descrever os critérios utilizados para estipulação de metas de produção que considerem a capacidade instalada da unidade;
  - c) Estipular metas mais específicas para todos os atendimentos e para cirurgia eletiva, não eletiva e para portes de cirurgias;
  - d) Descrever os métodos para avaliação da produção da unidade;
  - e) Atualizar as normativas citadas com as portarias de consolidação;
  - f) Revisar o tempo de vigência do contrato de gestão para 24 meses.
- III. Acrescentar no Termo de Referência e garantir no Contrato de Gestão:
  - a) No item 4.5 – Se, ao longo da vigência do contrato, a SES julgar necessário que a unidade



Secretaria  
de Estado  
da Saúde



## CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

realize outros tipos de atividades, diferentes daquelas aqui relacionadas, seja pela introdução de novas atividades diagnósticas e/ou terapêuticas, seja pela realização de programas especiais para determinado tipo de patologia, essas atividades deverão ser estudadas, pactuadas e executadas pelo Parceiro Privado.

- b) Item 5 – Pressuposto e definições, acrescentar no 5.1: Gestão, após o 5.1.1 Será obrigatória no quadro de trabalhadores da unidade, composição mínima de 50% de servidores efetivos, sendo que ao menos 10% deles estejam envolvidos na gestão da unidade, para garantir a continuidade dos serviços em caso de ruptura brusca de contrato, até que se normalize a contratação e/ou realização de novo concurso público. Trata-se do resgate de cláusula inicial dos contratos de gestão, importantíssima para a autonomia do Estado e segurança da população.
- c) Item 5 – Pressuposto e definições, acrescentar no 5.1: Gestão, após o 5.1.9 O Parceiro Privado deverá desenvolver, manter e efetivar rede interna de prevenção e combate a todas as formas de assédio moral e assédio sexual, além de organização de serviços/comissões para solução/mediação de conflitos, bem como previsão de punições para os que exerçam qualquer tipo de assédio como forma de garantir um clima organização adequado.
- d) No item 5.1. Cumprir os instrutivos do SUS que orientam as habilitações contratualizadas.
- e) Item 5 – Pressupostos e definições, acrescentar no 5.1: Gestão, após o 5.1.15 garantir o funcionamento do Conselho Local de Saúde da Unidade.
- f) Anexo IV – Roteiro para Elaboração da Proposta de Trabalho, No Critério 2: Área de Qualidade, no item 2. Qualidade Subjetiva, acrescentar alínea que preveja destinação de espaço e estrutura para a Ouvidoria SUS, independente da Pesquisa de Satisfação do Usuário.
- g) No Critério 3: Qualificação Técnica, no item 3. Implementação de Serviços e Funcionamento de Equipe Interdisciplinar, há um 10º tópico que diz “Horários de atividades de urgência e emergência, distinguindo entre presença física de médico especialista e médico geral e médicos que atendem chamadas (sobreaviso)”, acrescentar a forma de contratação e de controle das atividades deste profissional, as formas de acessá-lo e de que forma se garantirá que ele compareça sempre que necessário.

### IV. Garantir no contrato de gestão:





Secretaria  
de Estado  
da Saúde



## CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

- a) Prevenção e combate a qualquer forma de assédio moral e sexual na unidade;
  - b) Metas de produção para SADT especificadas por tipo de exame;
  - c) Metas específicas para todos os atendimentos e para cirurgia eletiva e não eletiva, e para os diferentes portes de cirurgia;
  - d) Obrigatoriedade da Ouvidoria SUS dentro da unidade, funcionando com estrutura física e de recursos humanos adequados;
  - e) Criação e garantia do funcionamento do Conselho Local de Saúde na Unidade respeitando a paridade definida pela Resolução do CNS;
  - f) Garantia de, no mínimo, 50% de profissionais de saúde com vínculo efetivo no quadro da unidade e que ao menos 10% deles estejam envolvidos nas atividades de gestão da unidade, até que a gestão volte a ser própria, quando 100% dos profissionais deverão ser efetivos.
  - g) Criação e garantia do funcionamento do Conselho Local de Saúde na Unidade respeitando a paridade definida pela Resolução do CNS;
- V. Submeter os contratos de gestão ao Conselho Estadual de Saúde.

Art. 2º Recomendar ao Secretário de Estado da Saúde a homologação desta resolução no prazo de 30 dias conforme estabelecido no inciso XII da Quarta Diretriz da Resolução CNS nº 453/2012.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Estadual de Saúde de Goiás, em Goiânia, aos trinta dias do mês de setembro de 2019.

  
**Venerando Lemes de Jesus**  
**Presidente**